COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.708, DE 2007

(Apeços: PL nº 5.003/09, PL nº 5.932/09, PL nº 1.186/11, PL nº 3.600/12, PL nº 4.799/12, PL nº 4.965/13, PL nº 5.610/13, PL nº 5.910/13, PL nº 6.087/13, PL nº 6.571/13 e PL nº 6.781/13)

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas e da organização e custeio da previdência social para desonerar a remuneração de férias e o décimo terceiro salário.

Autor: Deputado LUIZ CARLOS BUSATO

Relator: Deputado ROBERTO BALESTRA

I - RELATÓRIO

O projeto visa a promover alterações nas legislações sobre o imposto de renda e sobre o custeio da Previdência Social, respectivamente, as Leis nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para desonerar os valores de férias e de décimo terceiro salário recebidos pelos empregados.

Ao projeto principal foram apensadas as seguintes proposições:

- a) Projeto de Lei n.º 5.003, de 2009, do Deputado Carlos Bezerra, que *“Isenta do Imposto de Renda da Pessoa Física e da Contribuição Previdenciária o adicional de férias, a que se refere o art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal”*;

- b) Projeto de Lei nº 5.932, de 2009, do Deputado Guilherme Campos, que “*dispõe sobre a tributação do Imposto de Renda dos valores recebidos a título de abono pecuniário de férias*”, propondo o fim da tributação do “*abono pecuniário de férias*”;
- c) Projeto de Lei nº 1.186, de 2011, do Deputado Vicentinho, que “*estabelece isenção do imposto de renda sobre abono salarial, participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e adicional de um terço de férias, nos termos que especifica, e dá outras providências*”;
- d) Projeto de Lei nº 3.600, de 2012, do Deputado Márcio Macêdo, que “*altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda o décimo terceiro salário*”;
- e) Projeto de Lei nº 4.799, de 2012, da Deputada Andreia Zito, que “*altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e dá outras providências*”, a fim de isentar do imposto de renda o décimo terceiro salário;
- f) Projeto de Lei nº 4.965, de 2013, do Deputado César Halum, que “*altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar de Imposto de Renda e de contribuição previdenciária, o adicional de férias a que se refere o art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal*”;
- g) Projeto de Lei nº 5.610, de 2013, do Deputado Nilson Leitão, que “*altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que modifica a legislação do imposto de renda e dá outras providências*”, isentando do imposto de renda a gratificação natalina;
- h) Projeto de Lei nº 5.910, de 2013, do Deputado Acelino Popó, que “*Acrescenta inciso XXIV ao art. 6º da Lei nº*

7.713, de 22 de dezembro de 1988, que "altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências", para isentar os rendimentos provenientes do trabalho assalariado a título de férias remuneradas";

- i) Projeto de Lei nº 6.087, de 2013, do Deputado Amauri Teixeira, que *"altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar a cobrança do imposto de renda sobre 1/3 de férias dos trabalhadores";*
- j) Projeto de Lei nº 6.571, de 2013, do Deputado Camilo Cola, que *"declara a não-sujeição, ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de rendimentos percebidos a título de terço constitucional de férias";* e
- k) Projeto de Lei nº 6.781, de 2013, do Deputado Aberlado Caminha, que *"declara a não-sujeição, ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de rendimentos percebidos a título de terço constitucional de férias".*

As propostas foram distribuídas à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para apreciação do mérito, à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para análise de mérito e de adequação financeira e orçamentária e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Como dito no relatório, as proposições apensadas visam a eximir o décimo terceiro salário e as férias da incidência do imposto de renda e da contribuição previdenciária. Contudo, apesar da evidente boa intenção dos inúmeros Parlamentares autores, não nos parece que as medidas pleiteadas sejam apropriadas.

Isso porque as renúncias fiscais pretendidas são prejudiciais à coletividade, mesmo com o intuito de fazer justiça aos trabalhadores brasileiros, pois, na intenção de atender a uma demanda social específica, reduzem os recursos públicos que, mais tarde, serão buscados junto ao restante da sociedade, mediante o incremento da carga fiscal.

Há que se considerar, ainda, quanto à contribuição previdenciária, que a isenção de cobrança poderá trazer prejuízos ao trabalhador, uma vez que isso se refletirá na remuneração da aposentadoria a que ele fará jus.

Por fim, apesar de o assunto se encontrar na alçada da CFT, cabe ressaltar a incompatibilidade das proposições em análise com a Lei de Responsabilidade Fiscal, ante a inexistência de estimativa do impacto da renúncia fiscal na lei orçamentária, bem como diante da falta de comprovação de que as metas de resultados fiscais não serão afetadas ou da existência de medidas de compensação que gerem aumento de receita.

Nesse contexto, diante dos argumentos expostos manifestamo-nos pela **rejeição** dos Projetos de Lei nº 2.708, de 2007; nº 5.003, de 2009; nº 5.932, de 2009; nº 1.186, de 2011; nº 3.600, de 2012; nº 4.799, de 2012; nº 4.965, de 2013; nº 5.610, de 2013; nº 5.910, de 2013; nº 6.087, de 2013, nº 6.571, de 2013, e nº 6.781, de 2013.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado ROBERTO BALESTRA
Relator